O PENSAMENTO ANABATISTA DO SÉCULO XVI E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRÁXIS RELIGIOSA PAUTADA NA ÉTICA IGUALITÁRIA

Cleudair Cordeiro de Godoi[1]

Resumo: O pano de fundo histórico do cenário político, social e religioso em meados do século XVI se apresenta como indicativo a contribuição da práxis anabatista na busca por uma ética igualitária. O cenário daquele século apresenta acentuada exploração dos pobres por parte das classes superiores, inclusive por parte das instituições religiosas. Entende-se que esse comportamento tenha facilitado a propagação das formas de organização da prática de fé anabatista que, de maneira involuntária, contribuiu para que os pobres pudessem perceber que suas necessidades se identificavam com a ética do anabatismo daquele período.

Abstract: The historical background of the political, social and religious scenario in the mid-16th century is presented as an indication of the contribution of the Anabaptist praxis in the search for an egalitarian ethics. The scenario of that century shows a marked exploitation of the poor by the upper classes, including by religious institutions. It is understood that this behavior facilitated the propagation of forms of organization of the practice of Anabaptist faith, which, involuntarily, helped the poor to realize that their needs were identified with the ethics of Anabaptism in that period.

O cenário religioso, político e social no surgimento do movimento anabatista

O início do século XVI é marcado por diversas manifestações. Pode-se afirmar que dentre vários movimentos, o religioso se apresentou como processo mais acentuado, primeiramente pelo turbilhão de reações causadas pela pregação dos reformadores e, sobretudo, pela importância da Reforma Protestante para a formação do pensamento cristão desde então. Entretanto, é importante ressaltar que suas bases não se apresentavam na totalidade do continente europeu. Inicialmente, o movimento da Reforma se apresentou de maneira delimitada, concentrado apenas no Norte e no Oeste da Europa.

Conforme explica Cairns:

> A Reforma foi um movimento religioso circunscrito, em sua maior parte, aos povos de formação germânica no norte e no oeste da Europa.

[1] Mestre em Teologia – Faculdades Batista do Paraná – FABAPAR. Pós-graduação em Docência Superior e Ciências da Religião – INTEVALE. Bacharel em Teologia – Faculdade Batista do Rio de Janeiro - FABAT

> A maioria das nações que adotaram os princípios da Reforma jamais havia integrado o Império Romano ou os seus territórios limítrofes. As nações latinas do sul da Europa não aceitaram a Reforma; antes, permaneceram fiéis ao sistema católico romano. Possivelmente o espírito racionalista e crítico da Renascença influiu de tal maneira nos povos do Sul da Europa que eles se tornaram pouco afeitos às questões do espírito. Certamente estavam satisfeitas com uma religião apenas exterior e formal, que lhes permitia desfrutar as coisas materiais da vida.[2]

Ao mesmo tempo, percebe-se que nos séculos anteriores (XIV e XV), ao início da Reforma, o continente europeu enfrentava mudanças de cunho político que permitiam a ascensão de uma nova aparência, assumindo forma de nação em desenvolvimento através do surgimento de cidades. Países como Inglaterra e Alemanha ganham novos *status* a partir destas mudanças e contribuem consideravelmente para que, mais tarde, o movimento anabatista pudesse ganhar força.

Como afirma Estep:

> Com o descobrimento de novas rotas comerciais para o Extremo Oriente e os continentes do hemisfério ocidental, os europeus encontraram-se, de repente, em um estranho e novo mundo, do qual a maior parte era desconhecida. Entretanto, o que se conhecia foi suficiente para duvidar de antigas suposições com relação ao mundo, ao universo e a Deus. Foi uma época inquietante. Essas facetas, constituem o pano de fundo para o surgimento da força provavelmente mais transformadora de todas, a Reforma do século XVI.[3]

Nota-se que essas mudanças na Europa possibilitaram o surgimento de cidades povoadas por nobres, artesãos e outros trabalhadores, colaborando com o surgimento da classe social identificada como burguesia. Concomitantemente a esse cenário, o feudalismo, o poder dos reis e das monarquias, apresenta-se em declínio. Esses aspectos proporcionam certa liberdade econômica e comercial, contribuindo para as mudanças sociais e as transformações religiosas no século seguinte, provocando alterações no padrão de vida daquela época.[4]

Por consequência, pode-se afirmar que o surgimento dos movimentos religiosos no século XVI, dentre eles o anabatismo, não foi apenas em função da decadência teológica e moral das autoridades, mas também devido a importantes mudanças desde séculos anteriores. O Estado, a nobreza e, sobretudo, o clero enfrentaram dura crise moral de seus adeptos,

---

[2] CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos:** Uma história da igreja cristã**.** São Paulo: Vida Nova, 2008 p. 258

[3] ESTEP, William R. **A história dos Anabatistas:** Uma introdução ao anabatismo do século XVI**.** São Paulo: Literatura Monte Sião, 2017 p. 11

[4] CAIRNS, Op. Cit. p.247

culminando em fatores que afetaram diretamente a vida das pessoas naquele contexto, como afirma Marcos Azevedo: "O cenário social, político, econômico e eclesiástico, contribuíram para as manifestações de insatisfação com a Igreja da época e, muitas vezes, com o apoio do Estado, para divulgar suas posições teológicas, com consequências diretas na vida eclesial e social, culminando na união da piedade à práxis, ocasionando o exercício da crítica, filha da liberdade"[5]

Portanto, observa-se que esses acontecimentos favorecem o entendimento de que os atributos pagãos e religiosos, característicos da Renascença[6], contribuíram para que a sociedade do século XVI pudesse perceber uma realidade diferente daquela que imperou durante toda a Idade Média, impulsionando o início de embates entres as classes dos nobres e as minorias, culminando em revoltas dos pobres e camponeses, considerados principais expoentes das classes de menor poder aquisitivo naquele contexto. Suas manifestações são incitadas pelo sentimento de terem seus direitos fustigados pelas classes dominantes.

Como afirma William Estep:

> Com o renascimento e sua cultura do livro em vias de desenvolvimento, a Europa experimentava várias e profundas mudanças econômicas e políticas. Aos poucos o feudalismo foi cedendo lugar a uma economia monetária. Grandes instituições bancárias são fundadas em Florença, Gênova, Augusburg e Antuérpia. A nova economia empobreceu muitos senhores feudais, enquanto enriquecia outros, fazendo surgir uma nova classe de mercadores e artesãos. Os camponeses ficaram presos num 'jogo de poder' entre as demandas dos senhores e as necessidades básicas da vida, porque a nobreza fustigada começou a lhes tirar seus direitos tradicionais de pastoreio, caça e pesca. A vida que sempre tinha sido marginalizada para servos e camponeses, se tornou insuportável. Os que podiam, rapidamente abandonaram os feudos e se mudaram para os povoados e cidades que cresciam a uma velocidade surpreendente. Os outros se rebelavam. Desde a década de 1350, os camponeses se organizaram e protestavam contra sua situação cada vez mais difícil, às vezes de forma violenta, mas sempre invocavam a religião para justificar seus atos.[7]

Percebe-se que essas facetas contribuíram para o plano de fundo do conflito entre a Igreja de Roma e o advento de movimentos que provocaram o início de importantes transformações que, mais tarde, fundamentaram os conflitos que deram origem à reforma religiosa.

---

[5]AZEVEDO, Marcos. A. F. **A Liberdade Cristã em Calvino**: Uma Resposta ao Mundo Contemporâneo**.** São Paulo: Edit, 2009, p. 95-96

[6] Skinner a define como o "período entre os séculos XIV e XVI da história europeia que marca a transição entre o feudalismo e o capitalismo, também conhecido como Renascimento ou Renascentismo". Para aprofundamento, sugiro a leitura das páginas 25-34 de sua obra: SKINNER, Quentim. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[7] ESTEP, William R. Op. Cit, p.10-11

Como já mencionado, os aspectos do renascimento geram profundas transformações. Projetar as bases históricas deste cenário se torna necessário. Segundo Robert Downs: "os séculos anteriores pavimentaram os acontecimentos que estavam por acontecer no período da Reforma. (...) O movimento reformista se frutifica a partir de uma grave crise que se abatia sobre a Igreja romana e, por essa razão, no final do século XVI os pobres já não encontravam respostas na práxis religiosa."[8] Nota-se que uma práxis religiosa que não direcione para o temor a Deus e o amor ao próximo poderá ser considerada como uma práxis que não corresponda com as possíveis expectativas das pessoas, sobretudo, com aquelas pertencentes às classes de minorias.

Observa-se, como exposto anteriormente, que o descontentamento do povo menos favorecido com a práxis religiosa se agrava desde meados do século XIV. As transformações no cenário dos séculos XV e XVI geram intensas mudanças no cenário, incluindo o advento da Reforma protestante que, inevitavelmente, provoca modificações no estilo de vida e pensamento a partir do século XVI. Os ambientes político e social ganharam elementos que exigiram profundas mudanças. Em decorrência de uma série de acontecimentos essencialmente necessários naquele contexto, se destacam, entre outros, o declínio da economia e os elementos racionais referentes à existência humana. Esses elementos podem ser considerados entre os principais episódios para as alterações no âmbito social daquele tempo.

Conforme afirma Justo González:

> A economia europeia, que antes estivera em expansão, estancou em princípios do século XIV, e em meados deste século, começou a declinar (...) Entre os intelectuais alastrou-se a opinião que no fim das contas o universo não é reacional, e eles começam a duvidar cada vez mais da capacidade da mente humana de penetrar nos mistérios da existência. Entre o povo menos culto aumentou a superstição, que sempre tinha existido.[9]

Percebe-se que os dramas que assolavam os pobres na Europa do século XVI, principalmente na esfera econômica e da existência humana, se tornam atuais diante do cenário epidêmico vigente em nosso país. O estancamento econômico em vias de recessão devido ao isolamento social estabelecido, apresenta sinais claros de desemprego em massa que afetará diretamente as classes emergentes e, principalmente, o povo pobre. Observa-se que neste cenário, a Igreja brasileira poderá se apresentar como apoio aos menos favorecidos, oferecendo-

---

[8] DOWNS, Robert B. **Fundamentos do Pensamento Moderno**. Rio Janeiro: Ed. Renes. 1969, p. 21

[9] GONZALEZ. Justo L. **Historiadel Cristianismo**: Desde la era de la reforma hasta la era inconclusa. Miami: Editorial Unilit. 1994, p. 11-12

lhes suporte na busca da esperança de dias melhores e, sobretudo, em suas necessidades básicas. Entende-se como um mandamento para os seguidores de Cristo o dever de cuidar dos mais necessitados, sendo a própria mão de Deus ao ajudá-los.

Conforme afirma Earle Cairns:

> Entre a época da descoberta da América, por Colombo (1492), e a fixação das 95 teses na porta da igreja de Wittenberg (1517), por Lutero, transformações surpreendentes ocorreram ou começaram a ocorrer. Os padrões estáticos da civilização medieval foram substituídos pelos padrões dinâmicos da sociedade moderna. As mudanças no setor religioso não foram as menos importantes que ocorreram na civilização europeia ocidental. O cristão era impelido à reverência quando acompanhava a mão de Deus no cuidado diante dos problemas das pessoas pobres daquele tempo.[10]

Dada às situações do contexto atual, pode-se perceber a necessidade de uma reflexão quanto ao modo em que a igreja se apresenta. A luz dos acontecimentos revolucionários do movimento reformado do século XVI, que se origina a partir da ausência de respostas aos anseios do povo pobre e em meio ao turbilhão de eventos que envolviam os contextos social, econômico, político e religioso, nota-se que a Igreja tem buscado ao longo de sua existência agir em acordo com a cosmovisão bíblica através da ação do Espírito de Deus, mesmo que isso não possa ser percebido claramente em alguns pontos da história. Percebe-se que os reformadores, impulsionados pela crença que a Palavra de Deus juntamente com a ação do Espírito Santo, buscaram agir seguindo na direção de uma nova cosmovisão para aquele tempo.

Como afirma Marcos Azevedo:

> A sólida política eclesiástica medieval, embasada no direito canônico, na importância da figura unificadora do Papa e na disseminação ideológica da Igreja dentro das diretrizes do colegiado, foi abalada por distúrbios de natureza interna e a crise religiosa encontrou na fragilidade da Igreja Medieval combustível para a emergência de movimentos reformadores, causando transformação teológico-ideológica, advinda da influência árabe à Europa cristã, que interferiu na cosmovisão e no desenvolvimento do pensamento teológico ao ponto de modificar a cosmologia e a epistemologia da época. [11]

Nota-se que o século XVI, em consequência de acontecimentos nos séculos anteriores, tornou-se um período que se apresentou como um momento de muitas e variadas turbulências na sociedade europeia naquele tempo, afetando direta e indiretamente todas as classes sociais.

---

[10] CAIRNS, Earle. Op. Cit, p.250

[11] AZEVEDO, Marcos. Op. Cit, p.91

Pode-se cogitar que dentre as variantes dos períodos que antecederam o citado século, o dilema maior estava na vida eclesial e, por isso, alguns renascentistas a chamaram de Idade das Trevas[12]. Entretanto, não seria correto afirmar que o período da Idade Média foi totalmente produzido por acontecimentos negativos ou que, todos que viveram naquela época são totalmente reprovados em suas atitudes levianas.

Como afirma Márcio Vasconcellos:

> Trata-se de um epíteto pejorativo: o período medieval não foi uma época de trevas absolutas. Antes, houve buscas por novas formas de se relacionar com Deus, e também críticas ao sistema religioso e cultural estabelecidos. No interior da própria Igreja Católica medieval havia diversas vozes que, em maior ou menor grau, levantavam-se contra as injustiças praticadas em nome da fé. Algumas dessas vozes foram silenciadas por torturas e morte.[13]

É necessário salientar a existência de vários cenários na época medieval, tornando-se difícil a identificação de apenas um tipo de pensamento naquele tempo. Isto é, não há como especificar um cenário, tendo em vista a diversidade de práticas medievais. Como afirma Carlos Eduardo Schipanski, "não existiu uma Idade Média, mas várias Idades Médias." [14] Período que pode ser entendido como ambíguo, de violentas batalhas, terríveis doenças e de uma fé fanática. Mas também, como defendida por Jacques Le Goff, "época da riqueza na arte, de inovações na agricultura, explosão demográfica e do surgimento das primeiras universidades."[15] Situações que contribuem, direta e indiretamente, para que o século XVI se tornasse propício para a propagação do pensamento de liberdade proposto pelos reformadores, como afirma Hermisten Costa: "o tema central de toda a Reforma Protestante do Século XVI é o da liberdade e, por isso, deve ser identificada como um movimento fundamentalmente religioso, mas com profundas consequências políticas e sociais"[16]

Mesmo que alguns historiadores, como Schaff[17], Grimm[18] e Bainton[19], enxerguem a Reforma apenas como evento religioso, não se deve ignorar os fatores mencionados nos

---

[12] Termo que teria sido utilizado pelo pensamento humanista no século XVII, a partir da generalização da civilização na Europa desde o século IV até o século XV. Para aprofundamento nesse assunto, sugere-se a obra de GONZÁLEZ, Justo L. **A era das trevas: Uma história ilustrada do cristianismo**, volume 3. São Paulo: Vida Nova, 1995

[13] VASCONCELLOS, Marcio Simão de. **O contexto histórico, social e religioso da Reforma Protestante:** a experiência de Martinho Lutero. 2019, p.13

[14]SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. **História medieval:** releitura de uma época**.** Guarapuava: Ed. Da Unicentro, 2009, p. 15

[15] LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1990, p.18

[16] COSTA, Antonio Carlos. **Convulsão protestante:** Quando a teologia foge do templo e abraça a rua**.** São Paulo: Mundo Cristão. 2015, p.14

[17] Philip Schaff (1819-1893), importante teólogo protestante e historiador da igreja cristã.

[18] Herman Friedrich Grimm (1828-1901)**,** escritor e historiador alemão.

[19] Roland Herbert Bainton (1894-1984), historiador da igreja protestante.

parágrafos anteriores, como afirma Earle Cairns: "historiadores protestantes como Schaff, Grimm e Bainton interpretam a Reforma amplamente como um movimento religioso que procurou redescobrir a pureza do cristianismo primitivo como descrito no Novo Testamento. Essa interpretação tende a ignorar os fatores econômicos, políticos e intelectuais que ajudaram a promover a Reforma"[20]

Deste modo, as causas da reforma protestante são variadas e, portanto, complexas e devem ser observadas sob a ótica religiosa, política e social. Nota-se que os muitos aspectos contribuintes para as transformações causadas a partir dos conflitos gerados pelos reformadores afetaram profundamente no modo de vida e na cosmovisão do século XVI. Márcio Vasconcelos afirma que "a crise do século XVI encontrou na fragilidade da Igreja Medieval combustível para a emergência de movimentos reformadores. A sólida política eclesiástica medieval, embasada no direito canônico, foi abalada por distúrbios de natureza interna" [21]. Somando-se a esses aspectos acrescenta-se a cisma papal que provoca uma implosão na crise política medieval.

Como afirma Márcio Vasconcellos:

> O chamado cativeiro babilônico, que foi a existência de um Papa na cidade de Avignon[22], foi o primeiro sinal mais claro do desgaste político-ideológico da Igreja Medieval. Mais tarde, o Grande Cisma, com a coexistência de dois Papas, um em Roma e outro em Avignon, ocasionando a descentralização do poder da Igreja, facilitou o surgimento de surtos reformadores e oposicionistas, que eram do interesse das monarquias estabelecidas e dos burgueses detentores do capital outrora volátil devido à evasão de importantes divisas à Igreja de Roma. [23]

Diante destas razões, incorporando-se às mencionadas anteriormente, verifica-se certo desconforto e até mesmo uma possível desconfiança em relação à práxis religiosa por boa parte da sociedade do século XVI. Eventos como as Cruzadas[6] a Inquisição[24] e conformismo com a

---

[20] Carrns. Op. Cit, p. 251

[21] VASCONCELLOS, Op. Cit, p.90

[22] Bruce Shelley afirma que ''a partir de 1095, após convocação do papa Urbano II, a Igreja iniciou um movimento militar chamado de Cruzadas para conquistar Jerusalém, o Santo Sepulcro e qualquer outro local na Palestina considerado sagrado do controle muçulmano. Além disso, a Igreja viu nas Cruzadas e no estabelecimento de um inimigo em comum a todos uma maneira de canalizar a crescente violência manifestada pela nobreza europeia. Para justificar as Cruzadas, foi desenvolvido o conceito de Guerra Justa, que afirmava que a guerra era aceitável se fosse realizada contra o pagão – nesse caso, o muçulmano'. Para melhor compreensão, sugere-se a leitura do capítulo de 19 da obra de SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo:** Uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2008, p. 206-217.

[23] VASCONCELLOS. Op. Cit, p.96

[24] Falbel afirma que a inquisição foi desenvolvida a partir do objetivo de identificar e combater heresias que surgiram a partir do século XII: "as heresias ganharam nova força em meios cristãos, e a Igreja passou a combatê-las de maneira dura. Os movimentos heréticos desse período foram caracterizados pelo grande apelo popular que tiveram. Como a heresia era considerada o maior de todos os pecados. A função da Inquisição era investigar, julgar e condenar todos os envolvidos em movimentos heréticos" (FALBEL, Nachman, 1976, p. 99). Para aprofundamento no assunto, sugere-se a obra **Heresias Medievais**, Editora Perspectiva.

Usura[25], são indícios do descontentamento que gerou os movimentos reformistas, como afirma Márcio Vasconcellos: "havia uma clara e evidente necessidade de se promover uma reforma na Igreja e na sociedade, em suas mais variadas áreas."[26] Observa-se que ao final do século XV, a estrutura eclesial da Igreja começa a seguir o caminho do declínio moral em que se encontrava durante o advento da Reforma.

Conforme afirma Kenneth Latourette:

> A unidade administrativa fora restaurada para a Igreja Católica na Europa Ocidental sob a direção do papado, mas as reformas morais básicas para o que as almas sensíveis lutaram não tinham sido atingidas ainda. A estrutura eclesiástica, por intermédio da qual elas deveriam ter sido realizadas, tinha em si muito em posição de autoridade cujo conforto teria sido comprometido pelas mudanças básicas que, a despeito dos labores de algumas almas sinceras em lugares elevados, a purificação 'total' prometida, não se realizou. Agora que havia somente um papa e o empenho para controlá-lo por meio de um concílio representativo da totalidade da Igreja falhara, o papado tornou-se mais um centro de corrupção. Ele foi aprisionado pela Renascença e pelo humanismo secular. Os homens ambiciosos de luxúria, de ostentação, de poder e de prestígio de uma espécie que era inteiramente contrária ao espírito do Evangelho cristão, faziam seu caminho ter bom êxito em direção à cúria papal e mesmo ao colegiado de cardeais e o próprio papado. Isso não aconteceu de uma vez. Foi somente no final do século 15 que o papado atingiu a profundidade mais baixa de sua degradação moral.[27]

A figura papal como líder requeria de quem assumisse tal posição uma postura que pudesse transmitir paz e segurança aos fiéis, mas se observa no final do século XIV e início do século XV uma crescente ausência de moralidade na liderança papal em decorrência da influência dos reis franceses, que nem sempre tiveram a preocupação com os ideais da Igreja. Havia uma crise de autoridade estabelecida por dois fatores, como afirma Alister McGrath: "Em primeiro lugar, não havia clareza a respeito de quem detinha autoridade para falar em nome da Igreja; segundo, devido a uma lamentável combinação de diversos elementos, como incompreensão teológica, confusão política e impotência militar, a Igreja se encontrou

---

[25] Jacques Le Goff a define como "arrecadação de juros por um emprestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Não é, portanto, a cobrança de qualquer juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos" (LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida:** a usura na Idade Média. São Paulo: Brasiliense. p. 14.

[26] VASCONCELLOS. Op. Cit, p.105

[27] LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do Cristianismo: volume I:** até 1500 a.D**.** São Paulo: Hagnos, 2006, p.864

progressivamente incapaz de impor a observância da ortodoxia."[28] Processo que se apresentou de maneira gradativa.

Conforme afirma Alister McGrath:

> A Igreja ocidental parecia estar exaurida pelas demandas da Idade Média, que tinha visto o poder político da Igreja e, especialmente, do papado, alcançar níveis jamais conhecidos anteriormente. As engrenagens administrativa, legal, financeira e diplomática da Igreja estavam bem lubrificadas e trabalhando com eficiência. Certamente, é verdade que os papas da Renascença exerceram sua autoridade durante um período de decadência moral, de conspiração financeira e de poder político tremendamente mal sucedido, que desafiava a credibilidade da Igreja como guia moral e espiritual. Ainda assim, como instituição, a Igreja na Europa ocidental dava claros sinais de solidez e permanência. Entretanto, havia sinais de exaustão, de decadência.[29]

Diga-se que a mais grave crise no período que antecedeu a Reforma tenha sido de cunho eminentemente religioso. Em função da sua magnitude, esse conflito se alastrou para o viés social e político. Pode-se afirmar que comunidades de camponeses e trabalhadores urbanos da Europa no século XVI, identificadas como as classes de minorias, não se sentiam representadas por nenhuma dessas esferas, o que provocou a impaciência, resultando em ações subversivas por parte dos camponeses. Hermisten Costa afirma que "era impossível alguém abraçar a reforma apenas no campo da religião e continuar, em tudo o mais, a ser um homem de uma ética medieval, com a sua perspectiva da realidade e prática intocáveis. A reforma, em sua própria constituição, era extremamente revolucionária"[30]

Entende-se, nesse contexto, ação revolucionária como ímpeto motivado pela reforma, a observação de uma práxis religiosa irregular por parte dos camponeses que perceberam que seus interesses não faziam parte da ideologia dos sistemas religioso e político. Percebe-se que a prática da caridade havia se tornado em algo necessário para os interesses do Estado e também do clero, isto é, não existia interesse em erradicar ou até mesmo diminuir a pobreza, como afirma Resende Filho: "Os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os 'não-pobres' possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos."[31]

Compreende-se que a Igreja romana do século XVI estava falhando no atendimento da expectativa do povo quanto às suas necessidades espirituais e sociais. As consequências

---

[28] MCGRATH, Alister. **A Vida de João Calvino.** São Paulo: Cultura Cristã. 2004, p.18

[29] MCGRATH, Alister. Op. Cit, p.19

[30] COSTA, Hermisten Maia Pereira da. **A Reforma Protestante:** O Pensamento de João Calvino**.** São Paulo: Mackenzie. 2000, p.77

[31] RESENDE FILHO, Cyro de Barros. **Os pobres na Idade Média:** de minoria funcional a excluídos do paraíso**.** Revista Ciências Humanas, UNITAU. 2009, p. 2

foram desastrosas para a instituição e mais ainda na vida das pessoas. O entendimento da insatisfação das pessoas e a insegurança quanto às questões religiosas eram totalmente aceitáveis. É nesse contexto que as ações dos anabatistas devem ser observadas, conforme afirma Martin Dreher: "A princípio, suas ações estavam direcionadas numa crítica à imoralidade e aos abusos praticados pela nobreza e por parte da Igreja. Mas depois direcionou seu olhar também para o social."[32]

Observa-se que a não identificação das necessidades do povo pobre com a práxis religiosa no século XVI impulsionou ações de reivindicações sociais fundamentadas, sobretudo, na exploração do trabalho de camponeses e artesãos. Como exposto anteriormente, os adeptos do anabatismo desenvolveram uma ética igualitária que pode ser considerada como uma contribuição para que o pobre pudesse se perceber inserido e representado pelo viés religioso apresentado pelo movimento. Seus ideais demonstraram que as classes de minorias[33] eram tão importantes como as classes dos nobres, suscitando um sopro de esperança para os pobres do século XVI, sobretudo, por meio de seus ideais, que revelaram profundo desejo em apresentar uma ética segundo os ensinos da Escritura Sagrada.

A ética do movimento anabatista e a busca por igualdade social no contexto do século XVI

A crise que surgiu em meados do século XVI, direcionada principalmente no viés da política e religião, causou uma série de reações que deram origem ao surgimento de vários movimentos que buscavam interpretar o cenário daquele século. Nota-se que um dos principais objetivos seria alcançar respostas nas esferas social e religiosa. Revisitar esse cenário, a partir da perspectiva da ética dos anabatistas, poderá auxiliar na compreensão de uma práxis religiosa que buscava interpretar a bíblia sob a ótica de igualdade entre todas as pessoas. Entender o conflito causado pelos ideais do anabatismo do século XVI, de separação total do poder espiritual do poder temporal, se torna necessário para o entendimento dos motivos pelos quais o movimento foi perseguido por parte das autoridades constituídas e religiosas e, ao mesmo tempo, admirados pelos camponeses e trabalhadores urbanos daquele século.

Observa-se que as discordâncias iniciais se apresentaram de maneira distintas desde que o anabatismo surgiu. Mas pode-se afirmar que uma das diferenças entre anabatistas e reformadores se apresentou no modo particular de interpretação bíblica. Lutero, Calvino e seus

[32] DREHER, Martim N. **História do Povo de Deus:** uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013, p. 268

[33] Segundo o portal Dicio, composto por dicionário online de português, a sociologia define o conceito de minoría como subgrupo religioso, social, étnico, cultural, racial que, numa sociedade, é considerado inferior ou diferente do grupo maior (maioria), sendo por ele discriminado, não possuindo seus mesmos direitos ou oportunidades.

colegas pretendiam a reforma a partir da reflexão do pensamento e das práticas da Igreja. Os anabatistas, conforme afirma Bruce Shelley, estavam "decididos a restaurar o cristianismo do Novo Testamento"[34]. Entende-se assim, que o anabatismo se desenvolveu por uma práxis que o tornou diferente de católicos e protestantes.

Como afirma Martin Dreher:

> Os anabatistas do século XVI não eram católicos, nem protestantes. Certamente, os fundadores do movimento anabatista devem muito a Lutero e outros reformadores. O pensamento de Lutero como salvação através da fé pessoal, somente em Cristo, pela graça, como revelado na Escritura, preparou o caminho. Entretanto, é devido lembrar que Lutero, Calvino e Zwingli, se opuseram severamente ao anabatismo.[35]

Percebe-se que os anabatistas não eram parte da Igreja de Roma e nem mesmo das Igrejas com pensamento de Lutero e demais reformadores. Pode-se dizer que o anabatismo do século XVI se apresenta como terceira opção no aspecto religioso. Nota-se que o movimento sustentou valores distintos e, por razões ético-teológicas, se destacou em alguns pensamentos importantes. Nota-se que o principal deles seria quanto a liberdade e a autonomia das comunidades de fé daquele período. Seus adeptos não se submetiam a nenhuma autoridade que não fosse elas mesmas, como afirma José Reis Pereira: "As igrejas anabatistas eram livres e autônomas, isto é, separadas do Estado e independentes entre si. Eram organizadas na base da voluntariedade, sem nenhuma interferência estatal, traço característico das igrejas livres" [36]

Observa-se que os anabatistas se empenharam em alinhar o discurso de separação total a qualquer tipo de dominação com suas práticas direcionadas às necessidades espirituais e sociais do povo do século XVI. A partir do entendimento pautado no ensino bíblico neotestamentário, adotaram princípios claros de ruptura com as supostas classes dominantes, aproximando-se do pensamento da necessidade de reforma social por vias da população pobre. Como indica Pierre Chaunu, eles insistiram "no rompimento com todo e qualquer tipo de autoridade, fosse ela eclesiástica ou secular, era uma imposição bíblica a tão necessária reforma social e política que deveria vir pelas mãos do povo."[37]Entende-se a partir destes pressupostos que o anabatismo do século XVI pode ser identificado pelo carisma de uma práxis que desenvolveu a luta por uma ética igualitária.

---

[34] Para melhor entendimento, sugere-se a obra SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo:** uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018, p.270-272

[35] DREHER, Martin. Op. Cit, p.191

[36] PEREIRA. J. Reis. S. **Breve história dos batistas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1979. p.59

[37] CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas:** 1225-1550. II. A Reforma Protestante. Lisboa: Editorial presença, 1975, p.193

Verifica-se que o anabatismo do século XVI buscou aplicar em seus ideais por meio da conscientização de seus adeptos da realidade social daquele tempo. Considerando a possibilidade de experimentar uma sociedade com mais igualdade entre as classes e com o menor conceito possível de propriedade privada. Isto é, a busca por um contexto comum à época da igreja de Jerusalém no início do primeiro século (Cf At 2.42-47)[38], como ressalta Martin Dreher: "a comunidade de fé no início do primeiro século era em comunhão sem classes e sem a existência de propriedade privada, dos 'eleitos', pela posse do Espírito. Em outras palavras: igreja é um ideal social, onde inexistem Estado, classes, propriedade privada"[39]

Mesmo diante da dificuldade de identificação quanto às origens do movimento anabatista em meados do século XVI, em que o contexto apresenta certa variedade de grupos que podem assim ser identificados, pode-se afirmar que, independentemente de qual grupo fosse, ou qual expoente liderasse, a proposta ética era pautada na direção da interpretação da Bíblia como única fonte de autoridade na vida de seus seguidores. Percebe-se que o movimento se alinhou na valorização da práxis religiosa sob a ótica social, isto é, na crença de uma sociedade formada a partir do pensamento que todos eram iguais. Nota-se que em consequência de sua ética, alguns grupos se tornam opositores ao movimento, identificando seus adeptos de rebeldes e hereges, causando conflito com a ala mais radical, liderada por Thomas Müntzer. Grupo que não deveria ser identificado como representação total do movimento.

Como afirma Quentin Skinner:

> Hoje em dia, tende-se mais a afirmar que a principal fonte do anabatismo terá sido a Zurique de Zwinglio e não Wittenberg de Lutero, e que a teoria política ativista e por fim revolucionária de Muntzer e seus seguidores, longe de constituir a marca registrada do anabatismo, representou apenas uma desafortunada aberração, num movimento de modo geral pacifista. É possível que essa interpretação revisionista esteja subestimando a extensão dos contatos que parecem ter-se estabelecido, numa primeira etapa, entre os grupos de Zurique e Zwickau. Mas não há dúvida de que um movimento distinto, como uma teoria social e política bem diferente, de fato se desenvolveu. [40]

Como exposto anteriormente, percebe-se certa dificuldade em estabelecer um pensamento anabatista unificado. Sobretudo, quando comparado ao pensamento luterano ou de outros reformadores. Os expoentes da Reforma, como Lutero e Calvino, elaboraram seus pensamentos a partir de registros de seus credos, possibilitando que uma rápida pesquisa nos escritos históricos de ambos possa indicar ao leitor o melhor caminho a ser percorrido para a

[38] BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo NAA**. São Paulo: SBB, 2009
[39] DREHER, Martin. Op. Cit, p.279
[40] SKINNER, Quentim. **As fundações do pensamento moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.357

identificação desses pensamentos. Ao contrário, nota-se que o anabatismo não produziu um único expoente que possa ser reconhecido como uma referência na busca do entendimento da práxis do anabatismo no século XVI.

Conforme afirma William Estep:

> Os anabatistas não produziram nenhum teólogo cujo sistema ganhasse a aprovação unânime dos anabatistas em geral. Via de regra, os teólogos anabatistas não viveram muito tempo, tampouco desenvolveram sistemas teológicos especulativos complexos. A primazia das Escrituras na vida anabatista desencorajou a formulação de credos que pudessem ter prioridade sobre a Bíblia. As confissões de fé anabatistas também foram raras e sem validade obrigatória para todos. Não foram mais do que o termo implica: confissões de indivíduos ou de pequenos grupos de irmãos.[41]

Contudo, constata-se que a ética anabatista, mesmo diante das dificuldades mencionadas, pode ser direcionada a partir das principais crenças identificadas como o pilar da fé do movimento, como ressalta William Estep: "eles aceitaram o ensino do Credo Apostólico, o conceito trinitário de Deus, a encarnação e obra expiatória de Cristo e a autoridade das Escrituras."[42] Por essa razão, percebe-se que as crenças anabatistas não diferem das crenças das Igrejas protestantes do presente século. Entretanto, refletir a práxis anabatista do século XVI se torna uma opção de reflexão na busca por uma sociedade que seja mais justa e igualitária. Sobretudo, uma maneira de refletir como a igreja de hoje deveria reagir diante das inquietações que se apresentam como desafios no desenvolvimento de uma ética cristã que corresponda às necessidades do tempo presente, como afirma Bruce Shelley, "os anabatistas demonstraram que quem vive com mais devoção para o mundo por vir costumar estar em melhor posição para mudar o presente."[43]

Percebe-se que a ética anabatista do século XVI, devido seu pensamento de igualdade entre todas as pessoas, poderá servir como ponto de reflexão na busca do melhor caminho. O ideal anabatista exigia do crente mais que uma experiência mística de fé, isto é, o crente deveria agir a partir da visão do Reino de Deus. Para tanto, foi necessário estabelecer uma vida em comunidade pautada pelo exemplo de Cristo, pelo amor ao próximo e na busca por uma sociedade igualitária e mais justa.

---

[41] ESTEP, William. ESTEP, William R. **A história dos Anabatistas:** Uma introdução ao anabatismo do século XVI. Tradução Oscar Carrivale. São Paulo: Literatura Monte Sião, 2017. p. 183-184.

[42] ESTEP, William. Op. Cit, p.184

[43] SHELLEY, Op. Cit, p.271

Como afirma Bruce Shelley:

> A primeira dessas convicções era denominada pelos anabatistas de discipulado. O relacionamento do cristão com Jesus Cristo deve ir além de uma experiência interior e da aceitação de doutrinas. Ele deve envolver uma caminhada diária com Deus, na qual o ensinamento e o exemplo de Cristo modelam um estilo de vida transformado. Um segundo princípio anabatista, o princípio do amor, surgiu logicamente a partir do primeiro (...) A ética do amor, contudo, também era expressa dentro das comunidades anabatistas na ajuda mútua e na redistribuição de riqueza.[44]

O olhar histórico do século XVI destaca as circunstâncias que geraram os diversos conflitos já mencionados; porém, dentre as principais divergências pode-se evidenciar o inconformismo social, causado pela ausência de respostas às necessidades básicas dos pobres. Pode-se afirmar que a Igreja, tanto de Roma, quanto a reformada, estavam com o foco nas questões dogmáticas que as separavam mais da necessidade dos pobres, que buscavam sobreviver em meio ao caos social provocado pelos conflitos político e religioso. O aumento da pobreza culminou em custos ao Estado e exigiu ação direta da Igreja, porém, nota-se que ambos não conseguiram atender às demandas dos pobres naquele contexto.

Como afirma Michel Molatt:

> A pobreza dispendiosou custo para a sobrevivência das pessoas, o que pesou sobre o Estado e a Igreja. Com o passar do tempo, surgiu a figura do pobre laborioso, denominado camponês, que desprendido da servidão do seu senhor, ansiava ter sua sobrevivência através do trabalho de suas mãos, independentemente de ser almejado ou não. Tais circunstâncias interferiram na posição do pobre, seja homem, mulher, camponês, clérigo, cavaleiro, companheiro, eram todos menosprezados em relação ao social. Este ritmo da pobreza se estendeu até o século XVI.[45]

Percebe-se que os anseios dos pobres do século XVI não eram muito diferentes dos anseios dos dias atuais. A escassez de oportunidade de trabalho gerava mão de obra barata, facilitando a opressão causada pela injustiça no tratamento dos que detinham a riqueza. Motivados pela ganância, por dinheiro e também pela posição de poder, os mais ricos exploravam os mais pobres que, sem muitas alternativas, aceitavam a opressão em prol da sobrevivência. Por mais que a Igreja buscasse auxiliar os mais pobres, esse auxílio não tinha fundamento de mudança de cenário, mas apenas cumprimento de uma práxis fundamentada no exercício da caridade. Nesse contexto, o pobre era necessário para que a Igreja pudesse demonstrar sua piedade.

---

[44] SHELLEY, Op. Cit, p.276

[45] MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média.** São Paulo: Editora Campos, 1989, p.11

Como afirma Michel Mollat:

> Na civilização cristã que floresce na Europa, uma categoria específica de pobres emerge como minoria: aquela necessária à prática da caridade. Os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os 'não-pobres' possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos. Não se pode erradicar a pobreza! O que na Antiguidade era generosidade, na forma de donativos distribuídos pelo Estado Romano (anona), tornou-se, com o cristianismo, caridade, que, juntamente com a fé e a esperança, compõem as virtudes teologais.[46]

Constata-se que a sobrevivência do pobre do século XVI era pautada na necessidade de trabalho árduo e exaustivo. O que era visto como única opção para sobreviver, foi se transformando em indignação. Os sentimentos de impotência diante da percepção de injustiça, percebida nas ações dos empregadores, a ausência de perspectiva de melhora, aliados ao aumento anormal da pobreza, causaram motivação para as revoltas que iniciam naquele período, fomentada, muitas vezes, pela tendência natural do ser humano à violência, às vezes utilizada no uso da força para resolver seus conflitos.

Como afirma Resende Filho:

> Tanto no campo, como nas cidades, a pobreza laboriosa assumia uma nova face. O aumento de dependência e a precariedade do emprego constituíam a face da nova pobreza no campo, a questão da contratação de assalariados agrícolas era totalmente incerta, pois variava de acordo com os acasos das estações e o humor do empregador. O desejo pelo lucro foi o responsável pelas mudanças nos aspectos da pobreza, e o endividamento era a principal causa da pobreza rural. A consciência de impotência e o sentimento de injustiça fizeram fluir no pobre a tendência natural do homem à agressividade diante do sofrimento imposto pelas torturas da fome.[47]

Nesta perspectiva, o cenário apresentado da pobreza no século XVI deve ser analisado concomitantemente às ações do movimento anabatista. Assim como demais reformadores, seus adeptos buscaram apresentar a Bíblia como única fonte de autoridade consistente e verdadeira. Os anabatistas buscaram ensinar que uma sociedade mais justa seria possível através de pessoas conscientes e que a transformação daquele contexto viria a partir da práxis de uma vida em acordo com o que fora ensinado por Jesus e transmitido pelos apóstolos nas comunidades de fé do primeiro século. O resgate do estilo de vida pacífica, pautada no exemplo Cristo, se tornou um dever para os anabatistas do século XVI na busca de justiça e igualdade, atraindo o olhar e

[46]MOLLAT, Michel. Op. Cit, p.52
[47] FILHO, Resente. Op. Cit, p.3

atenção dos pobres naquele contexto, como afirma Earle Cairns: "Os anabatistas exerceram atração especial sobre os artesãos e camponeses, não alcançados pelos outros reformadores." [48]

Compreende-se que os anabatistas entendiam a liberdade do indivíduo totalmente intercalada com o compromisso do estabelecimento da paz social. Seus adeptos deveriam agir em prol de uma ética pautada pelo vínculo da paz, e do amor, como ensinado por Jesus[49] e reforçado pelo apóstolo Paulo[50]. Por essa razão, o anabatismo do século XVI propôs uma práxis religiosa em que cada crente deveria atuar de maneira pacífica, mesmo diante das perseguições, agindo com bondade com os inimigos e, principalmente, cuidando dos mais necessitados.

Conforme afirma Sidney Sanches:

> O anabatismo buscou apresentar-se ativamente no mundo dissoluto para que ele tenha paz. Isto quer dizer pagar o mal com o bem, tratar bem o inimigo e cuidar dos necessitados. Isto equivale a dizer que o alcançado pela paz do Evangelho se torna um pacificador em diversos níveis da vida: a) familiar, criando um ambiente de respeito e amor mútuo sem dominação; b) na igreja, agindo como mediador entre as diferenças dos irmãos; c) na comunidade, servindo como mediador nas situações de injustiça a favor dos que a sofrem; d) no mundo, interferindo nas situações de conflito para oferecer uma alternativa pacífica.[51]

Entretanto, do pensamento de paz anabatista, há de se destacar a existência de duas alas do movimento. Um liderado por Andreas Karlstadt e Thomas Müntzer, que coordenaram a revolta dos camponeses, e outro, liderado por Konrad Grebel e Felix Manz, que buscaram alinhar a práxis anabatista com pensamento pacifista. Essa última se apresenta como uma hipótese mais coerente para analisar a opção dos anabatistas por uma ética que pudesse dar esperança aos mais pobres, como afirma José Reis Pereira: "os anabatistas eram pacifistas e adeptos da não violência. Consequentemente condenavam a guerra e o uso de armas"[52]

Entende-se que a luta pela justiça social à luz dos ensinamentos de Cristo fez parte do processo ético e da práxis dos adeptos do anabatismo no século XVI. A violência e força não

---

[48] CAIRNS, Earle. Op. Cit, p.277

[49] Conforme afirma no evangelho de Lucas 6.27-31: "Digo, porém, a vocês que me ouvem: amem os seus inimigos, façam o bem aos que odeiam vocês. Abençoem aqueles que os amaldiçoam, orem pelos que maltratam vocês. Ao que lhe bate numa face, ofereça também a outra; e, ao que lhe tirar a capa, deixe que leve também a túnica. Dê a todo o que lhe pedir alguma coisa; e, se alguém levar o que é seu, não exija que seja devolvido. Façam aos outros o mesmo que vocês querem que eles façam a vocês" (BÍBLIA, 2009, NAA).

[50] Como registrado em Efésios 4.1-3: "Por isso eu, o prisioneiro no Senhor, peço que vocês vivam de maneira digna da vocação a que foram chamados, com toda a humildade e mansidão, com longanimidade, suportando uns aos outros em amor, fazendo tudo para preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz" (BÍBLIA, 2009, NAA).

[51] SANCHES, Sidney de Moraes. **A liberdade do indivíduo no Protestantismo**. Azusa: Revista de Estudos Pentecostais, 2013, p. 28

[52] PEREIRA, J. Reis. Op. Cit, p.59.

faziam parte da estratégia de luta da ala pacifista e, por esse motivo, deveriam ser evitadas. Ao contrário, nota-se a exigência da obediência às doutrinas de Cristo, descritas nas Escrituras Sagradas, ensinada em suas pregações pelo direito de uma vida mais justa. O que direcionou o entendimento equivocado por parte das autoridades do século XVI, inclusive as religiosas, culminando em perseguição e na denominação do grupo como rebeldes, conforme afirma Bruce Shelley: "A questão é que, no século XVI, essa independência[53] da sociedade social e cívica era vista como ação sediciosa, revolucionária e até mesmo traiçoeira"[54]

Pode-se afirmar que a liberdade vinculava as ações do indivíduo nas questões sociais alinhadas à vida moral religiosa fazia parte do entendimento anabatista de ser. Para o anabatismo, a liberdade do indivíduo o comprometia diretamente com a práxis que sinaliza a clara e evidente possibilidade de uma paz social. A busca pela paz social deveria ser uma luta constante para aqueles que se declaravam como discípulos de Cristo. Os anabatistas criam que uma sociedade justa só seria possível se o crente entendesse que não deveria existir nenhum abismo social entre as pessoas e a liberdade seria essencial nesse processo.

Como afirma Sidney Sanches:

> Como herança do movimento anabatista, temos a defesa intransigente da liberdade do indivíduo para a expressão e prática da sua religião fundamentada na sua capacidade de decisão conforme a consciência. Esta liberdade religiosa reclamada para o indivíduo, todavia, se desdobra em outras liberdades como: de organização das igrejas, de novas formas de vida social, de organização econômica, de distribuição das funções públicas, de resposta às demandas dos governos civil e eclesiástico, de leitura e interpretação das Escrituras Sagradas, de formação das lideranças, enfim, da vinculação das ações do indivíduo às questões que ultrapassam a existência individual. Assim, conforme a orientação anabatista, a liberdade do indivíduo o compromete com a busca pela paz social. Como discípulo de Jesus Cristo ele deve trabalhar pela paz. O Evangelho é evangelho de paz entre Deus e o ser humano, entre os próprios seres humanos e entre eles e a natureza. A paz está na reconciliação oferecida por meio da pregação do Evangelho, o melhor meio de fazer a paz. Ao alcançado pela paz do Evangelho cabe atuar ativamente no mundo dissoluto para que ele tenha paz. Isto quer dizer pagar o mal com o bem, tratar bem o inimigo e cuidar dos necessitados. [55]

O empenho dos anabatistas em construir uma paz social, pautada na justiça e igualdade durante o século XVI, pode ser usado como modelo para as diversas denominações cristãs

[53] Para o melhor entendimento deste conceito, sugere-se a leitura do capítulo 25 da obra SHELLEY, Bruce L. História do cristianismo: **Uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. 2018, p. 270-278.
[54] SHELLEY. Op. Cit, p.271.
[55] SANCHES, Sidney. Op. Cit, p.27

existentes no Brasil atualmente. Romper a barreira do isolamento denominacional, deixando de lado as diferenças dogmáticas e buscando se unir nos aspectos em comum, como a luta por sociedade mais justa e igualitária se torna um grande desafio para a teologia cristã e as igrejas de hoje. É sabido que a liberdade pregada pelo movimento desencadeou vários grupos que também foram identificados como anabatistas, dos quais, temos a ala radical, liderada por Tomás Münzer, que pregou o uso de armas na luta por seus ideais. Percebe-se que mesmo diante do lado radical do movimento, os anabatistas têm muito a nos ensinar.

Como afirma Palmer Becker:

> O problema do cristianismo não é necessariamente as muitas denominações, mas a relutância em aprender umas com as outras. Os cristãos anabatistas têm muito a aprender com os de outras culturas e tradições sobre assuntos como a soberania e graça de Deus, a importância dos credos e modelos de participação na sociedade. Cristãos de outras origens podem ter muito a aprender com a tradição anabatista em áreas como seguir Jesus na vida cotidiana, interpretar as Escrituras a partir de uma ética cristocêntrica e priorizar o senhorio de Cristo na vida cotidiana.[56]

Essas argumentações teológicas direcionaram o anabatismo, mesmo diante de uma série de situações negativas, como já mencionado anteriormente, na luta por uma sociedade justa e igualitária. O olhar piedoso e menos vaidoso, a temática da vida comunitária, o uso comum de bens e o compartilhamento ao invés de propriedades privadas, estruturou uma interpretação bíblica que aproximasse o texto bíblico com a realidade de vida dos pobres daquela época. Nota-se que o acúmulo de bens aliado ao poder se torna uma tentação ao distanciamento da realidade social. Os anabatistas do século XVI tinham consciência que deveriam buscar um estilo de vida que fosse pautado pela simplicidade. Entendiam que ocupar um cargo de posição não deveria ser confundido com poder, mas com senso de servidão, conforme ensinado por Cristo, registrado em Mateus 23.11: "(...) maior entre vocês será o servo de vocês."

Nota-se no discurso das narrativas dos evangelhos que seus autores apresentaram o ensino de Cristo como algo que transformou a realidade de sua época, contudo, sem se utilizar da via política. Mas buscou se apresentar como uma esperança real e presente na vida dos pobres e marginalizados, não somente ensinando sobre o Reino de Deus, mas inaugurando-o. A teologia anabatista em meados do século XVI, em suma, se desenvolve a partir da sustentação do conceito Reino de Deus ensinado por Jesus e, sobretudo, na ética do amor ensinada por Ele.

---

[56] BECKER, Palmer. **Qué es un cristiano anabautista?** Revista Missio Dei, 2014. p.2

Para o anabatista do século XVI, a sociedade justa e igualitária só seria possível se cada crente cresse e vivesse essa verdade. Para o entendimento da contribuição da teologia anabatista, no tópico a seguir será apresentado um panorama histórico direcionado pela interpretação bíblica e as ações da ala pacifista do anabatismo surgido no século XVI.

A práxis do movimento anabatista e os dramas dos pobres na Europa central no século XVI

A percepção da falta de respostas, no contexto religioso e social durante os conflitos na Europa em meados do século XVI, escancarou a crise da falta de expectativa dos pobres por não verem seus anseios supridos pelo Estado e pela Igreja. Torna-se evidente diante do relato histórico que as consequências foram desastrosas para todos os envolvidos nesse processo. Nota-se que o distanciamento da práxis da Igreja com a realidade do pobre resultou no crescimento do sentimento de injustiça e consequentemente a insubordinação hierárquica. Por outro lado, esse cenário aproximou as classes de minorias ao movimento anabatista. Observa-se que a práxis anabatista de igualdade entre todas as pessoas contribuiu para o desvalido pudesse perceber que era tão importante como o nobre. Esse pilar ético atraiu o pobre ao pensamento do movimento, isto é, as classes de minorias se sentiram representadas pelo viés religioso dos anabatistas. Entender o comportamento dos anabatistas diante dos dramas pobres na Europa do século XVI torna-se fundamentalmente importante para o objetivo deste trabalho.

Para os anabatistas do século XVI, as mudanças sociais só deixariam de ser utopia quando elas ocorressem internamente no coração de cada indivíduo, por meio da intervenção do Espírito Santo, conforme afirma Martin Dreher: "baseando-se no livro do profeta Joel, (os anabatistas) afirmavam que a transformação do mundo ocorre especialmente quando o Espírito se revela entre os pequeninos e desprezados da sociedade."[57] Pode-se afirmar que o século XVI se apresentou como propício para o surgimento de movimentos que buscavam lutar pelos desprezados da sociedade daquele tempo, principalmente quando observadas as consequências da crise que se instalou diante das transformações financeiras e da crise econômica, sobretudo, na passagem do medievo para a época moderna[58]. Nota-se que o crescimento econômico e demográfico nos séculos anteriores na Europa em geral gerou uma fase de declínio nos séculos XV e XVI.

Conforme afirma Jürgen Habermas:

---

[57] DREHER, Martin. Op. Cit, p.285

[58] Para o melhor entendimento, sugere-se o artigo de SILVA, Odair Vieira da. **A idade moderna e a ruptura cultural com a tradição medieval:** reflexões sobre o renascimento e a reforma religiosa. Revista Científica Eletrônica da Pedagogia.

> Isso aconteceu porque a produção agrícola estática de alimentos já não era mais suficiente para atender a demanda do crescimento populacional. Entre a produção e o consumo de alimentos havia um equilíbrio precário em que qualquer crise na agricultura, como alteração climática, ou a presença de pestes, levava boa parte da população à penúria da fome. E isso passou a ocorrer com bastante frequência nesse período. Com a necessidade de aumentar a produção, mais florestas foram desmatadas para a agricultura. Com isso, o sistema natural era alterado. Invernos rigorosos congelavam rios, vinhas e matavam animais de frio, enquanto o calor excessivo secava as águas do rio. [59]

Observa-se que o movimento anabatista influenciou significativas mudanças no contexto de seu surgimento em meados do século XVI, promovendo, sobretudo, importantes alterações nos aspectos sociais. O olhar no passado demonstra que a teoria econômica na Idade Média passava também pelo viés religioso e, por isso, quando os anabatistas fizeram uma proposta nessa área não estavam começando a abordar uma área inexplorada pela religião, ao contrário, abriram diálogo sobre assuntos que já existiam desde o primeiro século. Entretanto, pode-se considerar que a práxis anabatista despertou o ideário de vida a partir da visão de bens em comum entre todos, como afirma João Neto: "A Igreja já tinha suas prerrogativas e, assim, o que os anabatistas fizeram foi um diálogo com posicionamentos teológicos acerca do dinheiro, posicionamentos que já existiam e que foram criados ainda nos primeiros séculos da era cristã. A teologia anabatista apresentava na proposta de administrar os recursos para ajudar aos pobres"[60]

No entendimento anabatista era necessário resgatar o ideal ético daqueles que se identificavam como seguidores de Cristo. Respaldados nas páginas da Bíblia, o movimento interpretava que a igreja iniciada no primeiro século, conhecida como apostólica, fora formada por pessoas comuns, comprometidas com o bem-estar umas das outras e sem qualquer ligação com o estado. Nota-se que essa última característica se tornou ponto central em contraste com os reformadores luteranos, que, segundo Bruce Shelley "contavam com o subsídio e apoio do Estado."[61] Por essa razão, na visão de muitos fiéis anabatistas, a religião reformada mantinha-se em certa peculiaridade com a Igreja de Roma, suscitando, inclusive, suspeitas quanto ao aspecto moral de alguns reformadores. A crença que a moral cristã poderia romper com a

---

[59] HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Geraldo: Editora Dom Quixote, 1990. P.190

[60] RAMOS NETO, João Oliveira. **FÉ SUBVERSIVA**: Uma análise do conflito sociopolítico da ideologia anabatista com as demais propostas da Reforma Protestante na Europa Central entre os anos de 1525 a 1555. 2016. P.155

[61] SHELLEY. Op. Cit, p.272

barreira social, possibilitando uma sociedade igualitária, tornou-se um dos pilares das reivindicações do anabatismo.

Como afirma Elter Maciel:

> A reflexão teológica e a atividade intelectual não foram suficientes para estancar o alto índice de depravação em que estavam mergulhados a Igreja e o próprio clero. Tillich registra que 'o estado moral era tremendamente baixo, em especial nos países luteranos'. O movimento, desde seus primórdios, se caracteriza por forte preocupação com o comportamento de seus adeptos, exigindo, através de diferentes processos, maior observação de seus postulados éticos.[62]

Como já mencionado no tópico anterior, na civilização cristã que floresce na Europa do século XVI, uma categoria específica de pobres se torna extremamente necessária à prática da caridade. A Igreja, com apoio dos nobres, assistia os pobres em suas necessidades. Observa-se que os carentes se tornaram úteis para a estrutura religiosa daquela época, porém, sem a preocupação em atender as expectativas de melhora no âmbito social. O pobre era obrigado a reconhecer sua posição de marginalizado e sua total dependência de salvação e sobrevivência por parte da Igreja, conforme afirma Resende Filho: "Não se pode erradicar a pobreza! O que na antiguidade era generosidade, na forma de donativos distribuídos pelo Estado Romano (*anona*), tornou-se, com o cristianismo, caridade, que, juntamente com a fé e a esperança, compõe as virtudes teologais."[63] Nota-se que nem sempre às ações daqueles que se diziam defensores dos pobres eram realmente justas e sem busca de algum interesse.

Pode-se interpretar que o surgimento dos vários movimentos populares durante a Idade Média já sinalizava uma espécie de 'grito de liberdade' dos pobres diante dos seus dramas. Para muitos dos pobres do século XVI, esse 'grito' poderia ser representado pelos ideais dos anabatistas. O povo pobre que sofria dura servidão social se viu retratado através das reivindicações do movimento. Nota-se que desde os tempos de Constantino o problema dos bens e da pobreza se estabeleceu como constante preocupação dos cristãos, como demonstrado nos protestos dos movimentos monaquismo[64] e franciscanismo[65]. Percebe-se que no decorrer da história, a Igreja assimilou esses movimentos, permitindo-os um lugar em suas estruturas. Entretanto, proibiu o surgimento de outros movimentos populares, como afirma Justo Gonzalez: "Em 1215 o quarto concílio de Latrão proibiu a fundação de novas ordens. Agora,

---

[62] MACIEL, Elter Dias. **O drama da conversão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1988, p.18

[63] RESENDE, Filho. Op. Cit, p.3

[64] Prática da abdicação dos objetivos comuns dos homens em prol da prática religiosa, surgido em meados do século III.

[65] Movimento religioso fundado em 1209 por São Francisco de Assis. Pregava o desapego de bens materiais e a pobreza voluntária de seus adeptos.

nos séculos XIV e XV, a tendência que se manifestara em 1215 chegou ao seu ponto culminante. A hierarquia sentia seu poder ameaçado pelo fervor dos movimentos de pobreza" [66](GONZÁLEZ, 1995, p. 111).

Entende-se que algumas catástrofes ocorridas em séculos anteriores, como o surgimento de pestes, a crise agrária, demográfica, monetária e as incessantes guerras, contribuíram para a caracterização da pobreza no século XVI. Entretanto, o contexto social do pobre daquele século deve ser observado sob a ótica de dois grupos: 1) Os que abraçaram uma pobreza voluntária, acreditando que a renúncia aos bens materiais poderia lhes garantir uma vida piedosa que agradasse a Deus; 2) Os que se tornaram pobres involuntariamente, fruto de não decisão própria, mas por estabelecimento das condições sociais daquela época. Esse último, era persuadido a aceitar tal posição pelo discurso de pessoas que experimentavam uma posição social melhor.

Como afirma Justo González:

> A questão da pobreza tinha duas origens. De um lado estavam as pessoas relativamente conscientes que abraçavam uma pobreza voluntária, por motivos de renúncia. Durante os séculos XV e XVI, continuaram existindo pessoas da mesma origem social do século XIII, que se sentiam impelidos por motivos semelhantes aos seguidores de São Francisco de Assis. Mas já que o franciscaníssimo e outras ordens parecidas tinham abandonado seu espírito inicial, estas pessoas se viam obrigadas a procurar maneiras próprias de expressar sua vocação, e por isso, não eram bem vistos pela hierarquia da igreja (...) e agora chegamos à outra origem da questão. Se a pobreza voluntária é uma virtude, a involuntária, que é resultado não de uma decisão própria, mas das condições sociais, também não o seria? (...) Por diversos meios esta ideia central da Bíblia (que Deus julga em favor dos pobres) chegava aos marginalizados. Um desses meios provavelmente eram as pessoas de posição social melhor, que voluntariamente compartilhavam da sorte dos pobres, mas cujo nível de instrução lhes permitia apelar para as escrituras para defender o valor da pobreza.[67]

Nota-se que o pobre da Idade Média era identificado pelas condições de vida coletiva, determinando a posição, classe, que o indivíduo pertencia. Concomitante a isso, percebe-se que a fragilidade da economia proporcionou a rápida multiplicação da pobreza na chegada do século XVI. As ações impostas pelo mercantilismo alavancaram a opressão das classes de minorias na busca pela riqueza por parte dos nobres, da realeza e até mesmo, por parte do clero.

66

67 GONZÁLES, J. Op. Cit, p.113

Porém, pode-se afirmar que a migração do camponês para a cidade constitui-se em elementos considerados como agravantes da crise social daquele século.

Como afirma Almir Santos:

> Com o surgimento do mercantilismo, as consequências foram complexas. Miséria, fome, doenças e muitas outras complicações gerando múltiplas necessidades. Os camponeses, em sua maioria, espantados pela fome e pela peste, foram impulsionados a migrar para as cidades em busca de novas perspectivas de vida, assim procurando reagir aos problemas surgidos no campo. Esses migrantes, uma vez chegados às cidades, se instalam nas vilas e nos povoados em busca de segurança e de oportunidade de trabalho. Os resultados, todavia, '[...] foram decepcionantes na medida em que a concentração populacional contribuiu para agravar os problemas de abastecimento, carestia e higiene já existentes".[68] (SANTOS, 2016, p. 18)

Pode-se afirmar que a pobreza na Europa Central desenvolveu considerável aumento a partir do século XV. Vários fatores são indicados como responsáveis para esse evento, mas o principal estava ligado às profundas alterações econômicas. Observa-se que o alinhamento das transformações na economia com o crescimento do número de pobres no século XVI causou uma espécie de êxodo do campo para a cidade. Os pobres camponeses se viram obrigados a buscarem novos meios de trabalho fora da agricultura e artesanato com a finalidade de suprir suas necessidades básicas. Os dramas desses camponeses sinalizaram que a grave situação do pobre daquele século exigia decisões radicais na busca por sobrevivência.

Como afirma Isabel Sá:

> O aumento no número de pobres na Europa ocidental no século XVI ocorreu devido às conquistas demográficas, mas também devido às alterações econômicas profundas. A expansão europeia causada pelo desenvolvimento do comércio marítimo e o crescimento das cidades promoveram mudanças que tinham como efeito a circulação de pessoas entre zonas geográficas cada vez mais vastas, e que pressupunham o abandono de atividades econômicas tradicionais, como agricultura ou artesanato. Em tempos de mudanças bruscas, mudar de zona ou de atividade, voluntária ou involuntariamente representava um risco evidente: o de resvalar para situação de pobreza que ocorria nas cidades que nelas iriam estabelecer ou emigrar.[69]

---

[68] SANTOS, Almir. **João Calvino e a reforma do século XVI**: educação para os pobres**.** Protestantismo em Revista, v. 42, p. 15-32, São Leopoldo: Protestantismo em Revista, 2016. p.18

[69] SÁ, Isabel de Guimarães. **As misericórdias portuguesas, séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.23

Outros elementos além das guerras por domínios territoriais e catástrofes climáticas podem ser considerados como a origem dos dramas dos pobres no século XVI, como por exemplo, o surgimento de epidemias que se alastrou por boa parte da Europa. Todo esse conjunto contribuiu para o estabelecimento da crise de fome, sobretudo entre as classes de minorias, constituindo, segundo Flávio Luizetto: "uma trilogia de catástrofes que abala de modo trágico o cotidiano de amplos setores da população europeia"[70] A situação que já era grave na economia e agricultura nos séculos anteriores, quando o equilíbrio que existia entre a produção e o consumo foi rompido, se agravou com a dissolução do sistema feudal que acompanhou os primeiros sinais do mercantilismo que se alastrou por todo o século XVI. Pode-se considerar que esses fatores contribuíram para a eclosão das revoltas populares que surgiram tanto no campo como nas cidades "quando os pobres se rebelaram contra a ordem estabelecida" [71]

Nota-se que os anabatistas, aliados a outros movimentos de revoltas, geraram certo desconforto inclusive por parte do alto clero e reformadores. Fato que direcionou a identificação dos adeptos destes movimentos de hereges, como afirma Estep: "a acusação de heresia foi imputada aos anabatistas repetidas vezes."[72] Percebe-se que a ação dos poderes instituídos não encontrou resistência por parte da Igreja naquele contexto, facilitando o processo de atribuição de heresias a muitas dessas revoltas populares. No entanto, não foi apenas a Igreja de Roma que se posicionou em favor das autoridades. Os reformadores luteranos também agiram no sentido de apoiar os príncipes contra os pobres em revolta, como por exemplo, na conhecida guerra dos camponeses[73] que ocorrera durante os anos de 1524 e 1525. Por outro lado, os anabatistas se posicionaram como defensores dos pobres do campo.

Conforme destaca Jean Delumeau:

> Nesse contexto, Lutero afirmou que 'há que estrangulá-los. Há que matar o cão enraivecido que se lança contra ti: se não, ele te matará'. Outro fator que chama atenção é o aspecto místico e religioso relacionado à história camponesa. Há vários exemplos ao longo da história dessa associação. A religião, não raras vezes, constituiu uma base de articulação para os camponeses tentarem alcançar seus objetivos e junto a essa associação, embarca a visão bíblica adotada pelo anabatismo.[74]

Observa-se que a vida do pobre associada à religião era envolvida pelas expectativas

---

[70] LUIZETTO, Flávio. **Reformas religiosas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991, p.14
[71] RESENDE, Filho. Op. Cit, p.32
[72] ESTEP, William. Op. Cit, p.184
[73] Para aprofundamento, sugere-se a obra de VUILLARD, Éric. **A guerra dos pobres.** Lisboa: Editora Dom Quixote, 2020
[74] DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação Da Reforma**. São Paulo: Editora Pioneira, 1989. p.145

de encontrar respostas nos momentos mais agudos de miséria e angústia, seja diante do sofrimento causado pela morte ou na luta pela sobrevivência. Ao analisar este cenário, fica evidente que os sentimentos que entrelaçaram a pobreza à religião no século XVI se apresentam atuais no século XXI. Nota-se que a expectativa dos pobres em encontrar as respostas para suas angústias se apresentam atuais. Mas como afirma Hermisten Costa, "o pobre não pode depender da misericórdia incerta da sociedade e da Igreja, e que o Estado tem o dever de prover condições de vida que propiciem ao necessitado tornar-se condutor da própria vida."[75] Cabe a Igreja cristã do século XXI a reflexão de suas ações. O olhar na ética e práxis anabatista do século XVI poderá auxiliar na busca de um caminho que demonstre um posicionamento de intermediadora pela dor do pobre junto às autoridades competentes.

Ao revisitar o contexto das revoltas do século XVI percebe-se, dentre outras questões, que as condições de vida, isto é, as dificuldades sociais que se desenvolveram a partir da exploração do trabalho prestado pela classe de minorias contribuíram para o desencadear do crítico cenário daquele período. Nota-se que, em razão da práxis dos anabatistas, o movimento se tornou uma voz de resistência e expressão de discordância da situação social e política por parte de alguns grupos de minorias. A partir do pensamento de consciência social por parte dos seus adeptos, os anabatistas proporcionaram em alguns grupos de minorias o sentimento de inclusão em suas reivindicações. Como afirma Jean Dupâquier: "Os líderes do movimento atuam como intermediadores, tentando convencer os senhores eclesiásticos e os leigos que deveria deixar para as comunidades de minoria parte das florestas, pois os pobres não conseguiam adquirir madeira em dinheiro."[76]

Percebe-se que estes grupos sofriam uma espécie de crescente opressão, tendo, inclusive, ocorrido diversas rebeliões em tempos passados. Porém, nenhuma havia atingido a magnitude do movimento deflagrado a partir de 1524, sobretudo, pela participação dos anabatistas neste evento. Conforme afirma Justo González: "O que o diferenciava das rebeliões anteriores era justamente a pregação dos reformadores anabatistas, que repudiava os opositores e buscava apresentar esperança aos pobres em meio ao caos social estabelecido naquele contexto." [77] Compreende-se que o anabatismo do século XVI, mesmo com os erros inegáveis, buscou agir pautado na consciência de igualdade entre todas as pessoas.

Falar de pobreza nos dias de hoje ou em favor dos miseráveis pode não significar muita coisa. Há de se lembrar que os aspectos trazidos pela modernidade como a expansão territorial, a busca pela riqueza e a globalização estão ligados aos processos de colonização e dominação

[75] COSTA, Hermisten. Op. Cit, p.51
[76] DUPÂQUIER, J. E LACHIVER, M. **Les temps moderns**. Paris: Bordas, 1989, p.48
[77] GONZÁLEZ, J. Op. Cit, p.81

desde séculos passados. No passado e no presente, a pobreza pode ser considerada como necessária para a práxis religiosa. Basta observar que muitas vezes o assistencialismo oferecido não se identifica com a proposta do Evangelho do reino de Deus, em que ambos, o anunciante e receptor, se tornam agentes de transformação da sociedade em que estão inseridos.

Como afirma Jung Mo Sung:

> O que diferencia o cristianismo de outras correntes é, entre outras coisas, a convicção de que os pobres não são e não podem ser tratados como objetos de evangelização ou da 'promoção' econômica e social. Primeiro, porque o anúncio da boa-nova pressupõe que haja um interlocutor que perceba a notícia dada como uma notícia nova e boa. Pois quem define se uma notícia é nova e boa não é a pessoa que transmite, mas aquela que recebe. Sem essa percepção e juízo por parte dos pobres e oprimidos (não nos esqueçamos de que Jesus veio anunciar o evangelho, a boa-nova, aos pobres e libertar os oprimidos, cf. Lc 4.18-19), o anúncio da boa-nova não se realiza, mas ocorre somente o mero pronunciamento de uma doutrina religiosa. Nesse sentido, a evangelização só se realiza na parceria, no encontro, entre os/as que recebem a boa-notícia do anúncio.[78] (SUNG, 2014, p. 11-12).

Observa-se que ao longo da história, parte dos seguidores de Cristo têm deixado de lado o mandamento divino de cuidado aos pobres. Boa parte das instituições religiosas busca atender a ordem bíblica a base de assistencialismo, que ajuda, mas não apresenta conceito de vida digna ao pobre, permitindo que o mesmo tenha que recorrer continuamente a elas para sua sobrevivência. As ações dos anabatistas no século XVI, baseadas numa ética igualitária de igualdade, permitiu a construção do pensamento que seria possível uma sociedade que revelaria o reino de Deus aqui na Terra. Os pobres devem ser o alvo central da pregação do Evangelho, como afirma Maia Costa: “Se queremos compartilhar as boas-novas de Cristo com esperança de sucesso, devemos nos dirigir aos miseráveis da terra. Afinal, não escolheu Deus os que são pobres?”[79]

Entende-se que o processo de evangelização dos necessitados está para além de uma prática assistencialista por parte da Igreja cristã brasileira. Ao analisar o anabatismo que surge em meados do século XVI, percebe-se que seus adeptos entendiam que a comunidade era o centro da vida. Por essa razão, a práxis anabatista que se configurou naquele período pode representar uma espécie de grito de liberdade, que deve ser expressado nos dias de hoje por meio daqueles que acreditaram na possibilidade real de uma sociedade mais justa e igualitária.

---

[78] SUNG, Jung Mo. **Cristianismo de libertação:** Espiritualidade e luta social**.** São Paulo: Paulus, 2014, p.11-12

[79] COSTA, Antonio Carlos. **Convulsão protestante:** Quando a teologia foge do templo e abraça a rua**.** São Paulo: Mundo Cristão, 2015, p.65

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Marcos. A. F. ***A Liberdade Cristã em Calvino - Uma Resposta ao Mundo Contemporâneo*.** Vol.1. São Paulo: Edit, 2009. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10042/10042_1.PDF

BECKER, Palmer. **¿Qué es un cristiano anabautista?** Revista Missio Dei n. 18, Editor chefe James R. Krabill, edição revisada, 2014. Disponível em https://www.mennonitemission.net/Downloads/DL.MissioDei18.S.pdf acessado em 19/05/2020

BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo NAA**. São Paulo: SBB, 2009

CAIRNS, Earle E. ***O cristianismo através dos séculos: Uma história da igreja cristã*.** Trad. Israel Belo de Azevedo. São Paulo: Vida Nova, 2008.

COSTA, Antonio Carlos. **Convulsão protestante: Quando a teologia foge do templo e abraça a rua.** São Paulo: Mundo Cristão, 2015

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. ***A Reforma Protestante, em O Pensamento de João Calvino*.** São Paulo: Ed. Mackenzie. 2000.

CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas. 1225-1550. II. A Reforma Protestante**. Lisboa: Editorial presença, 1975.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação Da Reforma**. São Paulo: Editora Pioneira, 1989

DUPÂQUIER, J. E LACHIVER, M. ***Les temps moderns***. Paris, Bordas, 1989.

DOWNS, Robert B. ***Fundamentos do Pensamento Moderno***. Rio Janeiro: Ed. Renes. 1969.

DREHER, Martim N. ***História do Povo de Deus* – uma leitura latino-americana**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

ESTEP, William R. **A história dos Anabatistas: Uma introdução ao anabatismo do século XVI.** Tradução Oscar Carrivale. São Paulo: Literatura Monte Sião, 2017.

GONZALEZ. Justo L. ***Historiadel Cristianismo, Tomo 2, Desde la era de la reforma hasta la era inconclusa***. Editorial Unilit, Miami, Fl, USA, 1994.

_____. Justo L. **Uma história ilustrada do cristianismo: A era dos sonhos frustrados**. Vol.5. São Paulo: Vida Nova, 1995

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Geraldo: Editora Dom Quixote, 1990

LATOURETTE, Kenneth Scott. ***Uma história do Cristianismo: volume I: até 1500 a.D*.** Tradução Heder Campos. São Paulo: Hagnos, 2006

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP. 1990.

LUIZETTO, Flávio. **Reformas religiosas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991

MACIEL, Elter Dias. **O drama da conversão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1988

MCGRATH, Alister. ***A Vida de João Calvino*.** São Paulo: Cultura Cristã. 2004. Disponivel em https://docero.com.br/doc/senx10. Acessado em 05/05/2020.

MOLLAT, Michel. ***Os pobres na Idade Média*.** São Paulo: Editora Campos, 1989.
PEREIRA. J. Reis. S. **Breve história dos batistas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1979.

RAMOS NETO, João Oliveira. **FÉ SUBVERSIVA: Uma análise do conflito sociopolítico da ideologia anabatista com as demais propostas da Reforma Protestante na Europa Central entre os anos de 1525 a 1555. 2016**. CCXXVI, 226 Disponível em https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6054/5/Tese%20-%20Jo%C3%A3o%20Oliveira%20Ramos%20Neto%20-%202016.pdf Acessado em 14/05/2020

RESENDE FILHO, Cyro de Barros. ***Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso*.** Revista Ciências Humanas, UNITAU. Volume 1, número 1, 2009. Disponível em http://www.unitau.br/revistahumanas. Acessado em 04/05/2020.

SÁ, Isabel de Guimarães. **As misericórdias portuguesas, séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

SANCHES, Sidney de Moraes. ***A liberdade do indivíduo no Protestantismo***. Azusa - Revista de Estudos Pentecostais, v. IV, p. 5-34, 2013.

SANTOS, Almir Paulo dos; DAUN, V. R. C. . **João Calvino e a reforma do século XVI: educação para os pobres.** Protestantismo em Revista, v. 42, p. 15-32, 2016. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2664/pdf Aacesso em: 28/05/2020

SCHIPANSKI, Carlos Eduardo. ***História medieval: releitura de uma época*.** Guarapuava: Ed. Da Unicentro, 2009.

SHELLEY, Bruce L. **História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.

SKINNER, Quentim. **As fundações do pensamento moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SUNG, Jung Mo. **Cristianismo de libertação: Espiritualidade e luta social.** São Paulo: Paulus, Versão Digital, 2014

VASCONCELLOS, Marcio Simão de. ***O contexto histórico, social e religioso da Reforma Protestante: a experiência de Martinho Lutero***. 2019. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31627/31627.PDF acessado em 04/05/2020.